



CAAPORÃ E PITIMBU

MP move ação contra ex-prefeitos

O Ministério Público da Paraíba ingressou na Justiça duas ações civis públicas por improbidade administrativa contra os ex-prefeitos de Caaporã, Jeanne Nazário dos Santos, por dispensa de licitação, e Pitimbu, Hércules Ribeiro, que teve as contas reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado. **Página 4**

Órgãos lançam campanha contra infecção



Objetivo é sensibilizar da necessidade de biossegurança e higienização para o combate à infecção hospitalar. **Página 7**



Ensino- Ex-prefeito não teria aplicado o percentual exigido pela lei em educação

ITAPORANGA

Promotoria pede embargo de loteamento

A Promotoria de Justiça de Itaporanga entrou na Justiça requerendo o embargo de loteamento onde foram encontradas irregularidades como ausência de infraestrutura adequada e falta de documentação necessária. **Página 5**

COREMAS

Situação dos idosos será mapeada

A situação dos idosos do município de Coremas será mapeada pelo Ministério Público da Paraíba em parceria com a Pastoral do Idoso e agentes municipais de saúde. **Página 6**

ADOLESCENTES

Índice de atos infracionais foi alto em 2010

Em 2010, o Ministério Público da Paraíba registrou alto índice de atos infracionais cometidos por adolescentes. Foram 2.070 representações, entre as quais destacam-se 485 por prática de furto, 407 por roubo e 213 por uso ou tráfico de drogas. No primeiro semestre deste ano, as ocorrências já somam 1.660 e as representações 1.352. **Página 3**



Crescimento- Número de ocorrências vêm aumentando por causa das drogas

INSPEÇÃO

Problemas são detectados em creches e escolas

Página 8

POMBAL

Projeto Nome Legal atende 80 mães

Página 3

Caop da Criança promove ações em municípios paraibanos

Página 3

Espaço do Leitor



Além de ser um dos melhores informativos do gênero da Paraíba, o *Jornal Ministério Público Social* se configura num elo que aproxima ainda mais o Ministério Público da Paraíba da sociedade. Uma mídia de importância indiscutível, na medida em que detalha para o público destino, o cidadão paraibano, as mais variadas ações levadas a efeito por cada uma das Promotorias. Apesar do grande espaço conquistado pelo MPPB nos veículos de comunicação do Estado, o informativo é de grande relevância porque esmiúça as atividades de todos os órgãos atrelados ao MP.

Wellington Farias, jornalista

Está de parabéns a equipe de comunicação do Ministério Público. Muito convidativo o layout do jornal, sem contar que foi bem diagramado, com cores leves e boa leitura. Mas o que me deixou impressionado foi a amplitude das ações do Ministério Público. Pra dizer a verdade achava que este órgão só cuidava de fiscalizar as ações dos poderes legislativo e executivo, mas ao ver as ações do Ministério junto aos idosos, em resgatar a dignidade dos tais de forma eficaz e satisfatória segundo a reportagem, me deixou feliz, pois vejo que o serviço público não é mais acionado por nós cidadão por falta de interesse em buscar informações sobre os tais. Vejo que, em meio a tanta letargia dos nossos políticos, os órgãos que, até então, pouco eu sabia de suas atribuições, nos mostram que nem todos se mantêm assim. Portanto, parabéns merecidos a todos. Uma outra matéria que me chamou a atenção foi a ação de sociedade civil e Ministério Público no combate à lavagem de dinheiro e corrupção, uma vez que estamos sem a ação de quem deveria fiscalizar mas é conivente (os políticos). É de grande importância este movimento conjunto de ambas as partes. Gostaria de saber mais sobre esta parceria de ações.

Thiago Costa da Silva, servidor público

Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões, críticas e opiniões para o e-mail jornal@mp.pb.gov.br.

Aprendendo Direito



PARECER - Opinião técnica de membro do Ministério Público, advogado, consultor jurídico ou qualquer funcionário competente sobre determinado assunto. Juízes não dão pareceres; eles decidem ou despacham.



JORNAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO Social

Procurador geral de Justiça

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

1º Subprocurador-geral de Justiça

Nelson Lemos

2º Subprocurador-geral de Justiça

Kátia Rejane Lucena

Corregedor-geral

Alcides Jansen

Secretário-geral

Francisco Seráfico Nóbrega

Jornalista Responsável

Alexsander Carvalho

Integrantes da Assessoria de Imprensa

Almira Félix, Anselmo Guimarães, Lila Santos,

Alexsander Carvalho, Cristina Fernandes

Projetos Editoriais

Cristina Fernandes

Projeto Gráfico e Diagramação

João Damasceno

Fotografia

Daniel Félix

Chargista colaborador

Euclecio Fernandes

Assessora de Imprensa

Eloise Elane

Tiragem: 5.000 exemplares

Ministério Público da Paraíba/Procuradoria Geral de Justiça

R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro - CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB

TEL.: (83) 2107-6000 SITE: www.mp.pb.gov.br



ARTIGO

O valor das inspeções

* JOÃO GERALDO CERNEIRO BARBOSA

A Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Saúde da capital, desde julho de ano próximo passado, vem realizando inspeções junto a todas as unidades hospitalares da rede pública de saúde e da rede privada e filantrópica que sejam conveniadas com o SUS, além de todas as Unidades de Saúde da Família.

Esta ferramenta técnica foi uma opção para captar com melhor fidelidade todas as irregularidades porventura existentes nas diversas unidades hospitalares e de saúde inspecionadas, haja vista, que para realização das mesmas foi incrementado aspectos técnicos que também substanciassem um feedback documental e possibilitasse uma melhor instrução do Procedimento Preparatório para eventual ingresso de Ação Civil Pública, caso as situações irregulares detectadas não se diluíssem na própria medida administrativa preparatória. Para tal deslinde, vislumbramos a necessidade de respeitosamente tratar referida ferramenta de trabalho em um contexto mais amplo, uma vez que, uma inspeção não pode ter a conotação de uma visita pontual e sim, dentro de uma visão macro, poder identificar um diagnóstico real do objeto da inspeção. Para tanto, implementamos a necessidade de que todos os órgãos de classe, representativos das diversas áreas de trabalho desenvolvidas no âmbito dessas unidades hospitalares e de saúde, pudessem externar com isenção, competência e de forma probante, o resultado do trabalho técnico executado pelos fiscais de cada órgão e assim transmitir através de seus relatórios, não só para o Ministério Público mas também para a sociedade, com transparência, o resultado como diagnóstico das lamentáveis condições em que se encontra a saúde pública da nossa capital.

Todo esse trabalho teve o respaldo do acompanhamento da imprensa escrita, falada e televisada a qual é testemunha do resultado conjunto das inspeções até então realizadas pela Promotoria da Saúde da capital. É necessário registrar que essas inspeções foram e são tão válidas que diversas e inúmeras irregularidades detectadas durante as mesmas, não só serviram como meio instrutório de Procedimentos administrativos que resultaram no ingresso de ação civil pública mas tam-

bém, foram objeto de resolução a nível administrativo durante a tramitação de procedimentos respectivos e com isto trouxe como resolutividade além da melhora expressiva, em alguns aspectos, da caótica situação que se encontra a saúde pública do município, o retorno da credibilidade do usuário com relação a prestação do serviço público de saúde.

Na verdade, com as inspeções é exercido um controle fiscalizador capaz de inibir o descaso público com a gestão da saúde, ao mesmo tempo em que convoca esta gestão pública de saúde a atrelar-se ao estrito cumprimento do que determina a legislação que norteia o Sistema Único de Saúde. Com essas inspeções pode se identificar desde a existência de medicamentos vencidos, ausência de dignidade nas condições de internamento de pacientes, superlotação, problemas estruturais, de higiene e tantos outros que ficariam despercebidos e impunes se as inspeções não ocorressem. Estas inspeções deveriam também ser exercidas pela própria gestão pública estadual e municipal de saúde, assim como, tem de ser bem vista pelo órgão ministerial quanto a necessidade de dispensação de meios estruturais que melhor facilitem o desempenho desta função ministerial ao tempo em que a necessidade impuser.

Finalmente, percebemos que esta visão de que inspeção não só é uma ferramenta, mas é a maior aliada para detectar, prevenir e combater irregularidades no âmbito do serviço público de saúde, tem sido compartilhada pelas demais Promotorias as quais também, com a eficácia reconhecida, vêm se utilizando do mesmo instrumento e concretizando a solidificação de um trabalho que deve discorrer em cadeia para que o resultado final seja o mais plausível possível.

* Promotor de Justiça da Saúde de João Pessoa

MP registra alto índice de atos infracionais em 2010

2.070 representações foram oferecidas pelo Ministério Público à Justiça por atos infracionais cometidos por adolescentes

O Ministério Público da Paraíba ofereceu, em 2010, 2.070 representações por atos infracionais cometidos por adolescentes. Dentre as representações, destacam-se 485 por prática de furto, 407 por roubo e 213 por uso ou tráfico de drogas. No primeiro semestre deste ano, as ocorrências já somam 1.660 e as representações 1.352, das quais 282 por furto, 250 roubo e 161 por uso ou tráfico de drogas. Os dados estão presentes no Relatório de Atividades Funcionais (Raf), repassados pela Corregedoria Geral do Ministério Público da Paraíba. Em 2010, o MP recebeu 2.382 ocorrências de atos infracionais cometidos em todo o Estado.

Conforme a promotora de Justiça, Ivete Leônia Arruda, que há três anos atua na 4ª Promotoria da Infância Infracional de João Pessoa, assaltos, roubos, furtos e crimes contra o patrimônio são as infrações mais praticadas por menores infratores. “A situação atual dos menores infratores em nossa cidade é péssima, já que o número cresceu assustadoramente. Conflitos familiares, pobreza, falta de políticas públicas que assegurem de verdade às nossas crianças e adolescentes uma vida digna”, ressaltou Ivete Arruda.

Em relação à prática dessas infrações, a promotora afirmou que “normalmente os menores são usados por maiores inescrupulosos, que primeiro ali-

ciam, introduzem no submundo e depois os ameaçam para continuar presos a eles”.

Quanto aos procedimentos, após as representações oferecidas pelo MP à Justiça, Ivete Leônia relatou que os adolescentes infratores são ouvidos em audiência de representação e, após isso, é definida a medida socioeducativa que melhor se adequa ao caso.

“As drogas empurram nossos adolescentes às práticas infracionais. Precisamos nos unir contra isso, senão vamos perder feio para o tráfico. As famílias estão sendo destruídas pelo vício. As pessoas precisam entender que a formação dos filhos é tarefa não só do Estado, mas dos pais e da sociedade. O problema é nosso. Não adianta fazer de conta que está tudo bem só porque o nosso filho não se droga. Isso é hipocrisia. Não está nada bem”, asseverou a promotora Ivete Arruda.

A representante do Ministério Público Estadual enfatizou ainda que “não são só os mais humildes que estão sendo destruídos pelas drogas, e diga-se de passagem, bebida alcoólica é droga também. Tem muita gente “rica” que está sofrendo com o problema e “abafando” o caso. Não se pode agir assim não. Temos que buscar ajuda enquanto ainda há tempo. Precisamos de casas de reabilitação para adolescentes drogados. O Estado precisa investir urgentemente nesta área. Senão vamos perder nossos adolescentes para sempre. Nunca é tarde. A fé em Deus e meu compromisso com Jesus não me deixar perder a esperança. Cada adolescente que conseguimos tirar das drogas nos dá mais certeza de que vale a pena lutar. Amo o que faço.”



Drogas- Uma das principais causas das infrações é o tráfico

PATERNIDADE

Mutirão do Projeto Nome Legal atende 80 mães em Pombal

Cerca de 80 mães participaram de mais um mutirão do Projeto Nome Legal, desta vez na cidade de Pombal, que fica na Região do Sertão Paraibano. Elas foram ouvidas pela promotora Renata Carvalho da Luz (gestora do projeto), e pelos promotores que atuam na Promotoria daquele Município, e que aderiram ao projeto, Flávio Wanderley, Lívia Vilanova e Glaucia Campos. O Nome Legal faz parte do Planejamento Estratégico do Ministério Público da Paraíba e tem como objetivo reduzir o número de crianças e adolescentes registrados sem o nome do pai, ou, em alguns casos, sem o nome da mãe.

Segundo informações da promotora Renata Luz, dentro do projeto, as mães de alunos que

não possuem o nome do pai no registro de nascimento são ouvidas pelas promotoras que solicitam os nomes dos supostos pais. Posteriormente, esses supostos pais serão ouvidos pelo promotor da comarca para tentativa do reconhecimento voluntário. Caso isto não aconteça, poderá ser realizado um exame de DNA ou será ingressada uma ação de investigação de paternidade.

BENEFICIADOS

Desde que o projeto foi lançado, 25 crianças tiveram o registro entregue, existem 10 casos aguardando que a averbação seja feita pelos Cartórios, seis registros estão prontos para serem entregues as mães e existem 20 casos aguardando o resultado do DNA.

Conselho Tutelar de Malta recebe equipamentos

No Município de Malta, distante cerca de 332 quilômetros de João Pessoa, o Ministério Público Estadual em parceria com o Poder Judiciário doou uma moto Honda Bros, diversos eletrodomésticos, móveis, brinquedos educativos, caixa d'água, botijão de gás, toalhas, uma televisão, um aparelho de DVD, entre outros materiais, para o Conselho Tutelar da cidade.

Conforme informações da promotora de Justiça em substituição, Miriam Vasconcelos, a doação resultou da disponibilidade de recursos oriundos das prestações pecuniárias, tendo em vista a Prefeitura de Malta ter descumprido um Termo de Ajustamento de Conduta para equipar o Conselho Tutelar, sendo ajuizada uma Ação Civil Pública, por parte do MP, para tanto.

O material, que foi entregue durante cerimônia ocorrida no Fórum de Malta, serve para ajudar nos trabalhos, então desenvolvidos no intuito de velar e fiscalizar o direito das crianças e adolescentes.



Material- MP e Justiça doaram

CONSELHOS

Caop da Criança promove ações em municípios do Sertão e Brejo

O Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente do Ministério Público da Paraíba realizou diversas ações, no mês de agosto, como audiências públicas e fiscalizações de conselhos tutelares, Centros de Referência em Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializada em Assistência Social (Creas) e programas de atendimento à criança e ao adolescente, em municípios do Sertão.

O trabalho foi realizado pela coordenadora do Caop da Criança, promotora Soraya Escorel, do promotor da Comarca de Itaporanga, Eduardo Torres, e pela equipe técnica do Caop formada por advogado, psicopedagogo, pedagogo, psicólogo e assistente social.

Segundo a coordenadora, o objetivo foi saber se os órgãos estão funcionando corretamente, ou seja, se estão atendendo bem a população neces-

sitada de apoio social, psicológico e jurídico.

EM SAPÉ

A coordenadora do Caop juntamente com a promotora da Infância da de Sapé e de Mari realizaram a capacitação dos conselhos tutelares de Sapé, Sobrado, Riachão do Poço e Mari a semana passada. Participaram da capacitação 25 conselheiros tutelares, que receberam materiais de apoio, para melhor desempenho de suas funções.



Audiência- Capacitação abrangeu conselheiros tutelares

Ministério Público aciona ex-prefeitos na Justiça

Contas reprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado e dispensa de licitação foram alguns dos motivos das ações civis públicas

Os ex-prefeitos Hércules Antônio Pessoa Ribeiro, do município de Pitimbu, e Jeane Nazar dos Santos, de Caaporã, estão sendo acionados na Justiça pelo Ministério Público da Paraíba por ato de improbidade administrativa. O ex-gestor de Pitimbu teve as contas do exercício financeiro do ano de 2003 desaprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado, com imputação de débito no montante de R\$ 223,7 mil, por uma série de irregularidades administrativas praticadas. Na ação civil pública, a promotora Cassiana Mendes de Sá, pede que a Justiça conceda uma liminar decretando a indisponibilidade dos bens, como garantia do pagamento da multa a ser imposta judicialmente.

Já a ex-prefeita de Caaporã teria dispensado a realização de uma licitação, alegando inexigibilidade, e contratado a “1001 ideias – Promoções de Eventos” por R\$ 142,7 mil, para a produção e apresentação de oito bandas, nas festividades de carnaval de 2005. A ação também está sendo movida contra a Empresa Armando Rodrigues de Oliveira e contra o próprio Armando Rodrigues.

PITIMBU

Dentre as irregulares apontadas na gestão de Hércules Ribeiro, estão a não aplicação do percentual mínimo exigido constitucionalmente na manutenção e desenvolvimento do Ensino; a ausência de retenção de ISS no pagamento de despesas com obras; fraude no

pagamento de despesas; procedimentos licitatórios irregulares; e abertura de créditos suplementares no valor de R\$ 957 mil sem autorização legislativa.

CAAPORÃ

Em relação ao município de Caaporã, na documentação fornecida pelo Tribunal de Contas do Estado à Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Caaporã, foram detectadas diversas irregularidades na inexigibilidade de licitação que resultou na assinatura do contrato entre a Prefeitura e a empresa, dentre elas, a emissão de nota de empenho em data anterior ao início do certame licitatório.

Pelo contrato, as bandas Beregedê, Swing Novo, Sollwe, Keijo Ralado, Garotos do Pagode, Megalop, Pagode S3 e Mr. Luck deveriam se apresentar nas festividades do carnaval de 2005. “Para a caracterização da hipótese de inexigibilidade, são necessários os pressupostos que o artista seja consagrado pela crítica especializada e/ou opinião pública, que o pagamento seja realizado diretamente ao profissional ou através do seu empresário exclusivo. E nos autos do procedimento licitatório, nem a administração pública do Município de Caaporã, nem a Empresa Armando Rodrigues de Oliveira comprovou terem sido os referidos grupos musicais consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública”, explicou Cassiana Mendes.



ENSINO- Segundo o TCE, prefeito não aplicou percentual mínimo exigido pela Constituição em educação

SAÚDE

Ex-secretário é processado por improbidade

O descumprimento de uma decisão judicial, que determinava o fornecimento de medicamento, por iminente risco de vida, a um paciente do SUS, por parte do ex-secretário de Saúde do Estado, José Maria de França, levou a Promotoria do Patrimônio Público de Campina Grande a entrar na Justiça com uma ação por improbidade administrativa contra o gestor da saúde.

Segundo informações da promotora de Justiça Carolina Soares Honorato, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba ajuizou ação de obrigação de fazer, qualificada por iminente

risco de vida, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campina Grande. A ação consistia na imediata adoção de providências por parte da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, no sentido de fornecer ao paciente José Cândido Lopes o medicamento Zoladex Subcutânea, por prazo indeterminado.

“Após deliberação, foi deferido pedido de tutela antecipada, com a determinação do fornecimento imediato do referido fármaco, sob pena da aplicação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00, sem prejuízo das sanções cabíveis, inclusive

as de âmbito penal. Ocorre que, mesmo amparado por ordem judicial, o aludido medicamento não foi fornecido no prazo esperado, vindo o paciente a óbito, certamente pela descontinuidade de seu tratamento”, destacou a promotora Carolina Soares.

A representante do Ministério Público Estadual informou ainda que em consequência, o juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública de Campina Grande declarou prejudicada a análise do mérito da ação judicial, ante a impossibilidade de satisfação do objeto pretendido devido à morte do paciente.

LIXÃO

Promotoria de Campina Grande ingressa ação por fraude em licitação

O Ministério Público em Campina Grande entrou com uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o empresário Eraldo Pereira de Vasconcelos, a procuradora do Estado Ana Thereza Chaves Loureiro, e os servidores municipais João Correia Filho, Kleber Leite Novaes e Karina Leal Ernesto de Amorim, por conta de licitação fraudulenta para contratação da Construtora Montreal LTDA, responsável pela execução de obras e serviços de engenharia e terraplanagem do lixão do município de Campina.

De acordo com a promotora de Justiça, Sandremary de Melo Vieira, da Promotoria de

Defesa do Patrimônio Público, durante o exercício de 2005, a Prefeitura de Campina Grande contratou a construtora Montreal, por meio de processo licitatório na modalidade Carta Convite, sendo motivo de representação junto ao Ministério Público, feita pelo vereador João Crisóstomo, alegando irregularidades, o que resultou na instauração de um Procedimento Administrativo.

“Após várias diligências por esta Promotoria, foi constatado que o procedimento licitatório suscitado foi fraudado, de forma a camuflar uma concorrência inexistente entre empresas tidas como interessadas, no intuito de consagrar vencedora a construtora Montreal LTDA, um jogo de cartas marca-

das que só pode acontecer nessa modalidade licitatória”, ressaltou a promotora Sandremary de Melo.

Ela explicou ainda que a procuradora do Estado, Ana Thereza, era, na época, a presidente da Comissão de Licitação junto à Secretaria de Administração da Prefeitura de Campina Grande, bem como os demais servidores municipais eram membros da comissão. Por fim, a representante do Ministério Público do Estado afirmou que pediu a procedência da ação “reconhecendo a ilegalidade da contratação realizada por estar baseada em procedimento licitatório viciado por fraude, violando os princípios norteadores da administração pública, ocasionando prejuízos aos cofres estatais”.



PREFEITURA- Servidores municipais também foram denunciados

MPPB requer embargo de loteamento em Itaporanga

Diversas irregularidades foram comprovadas no empreendimento como falta de aprovação da Prefeitura e registro no cartório de imóveis

A Promotoria de Itaporanga está requerendo na Justiça o embargo do loteamento Colinas de Canaã, com a proibição de venda de lotes, até que os empresários regularizem a documentação necessária ao funcionamento do empreendimento, bem como concluam toda infraestrutura, para evitar prejuízo às pessoas que compraram lotes. O MP ingressou com uma ação civil pública contra o Município e os empresários Vinícius Pinto Diniz, Alessandra Avelino Porto e Rosana Pinto Diniz, em razão de irregularidades constatadas no loteamento, situado em Itaporanga.

De acordo com o promotor Eduardo Torres, os empresários promoveram o loteamento sem a aprovação da Prefeitura

e sem o registro no cartório de imóveis. Uma vistoria feita no local constatou várias construções já erguidas, bem como a existência de ruas e postes. Diante da constatação, a Promotoria de Itaporanga convocou o responsável pelo empreendimento, Vinícius Pinto Diniz, para prestar esclarecimentos, quando ele confirmou que dividiu imóvel de sua propriedade em diversos lotes, todos já vendidos, e que não há qualquer licença dos órgãos ambientais, da Prefeitura de Itaporanga, tampouco registro no cartório de imóveis, conforme prevê a legislação.

“Diante dos fatos, o Ministério Público quer responsabilizar o município e os empresários pelos prejuízos causados aos

adquirentes dos lotes e pede, liminarmente, o embargo do loteamento, com a proibição de venda de lotes. Por conseguinte, os empresários deverão, ainda, concluir todas as obras de infraestrutura necessárias ao enquadramento do loteamento às exigências legais”, afirmou o promotor de Justiça Eduardo Freitas, acrescentando que “a Prefeitura, por sua vez, deverá responder solidariamente pela regularização do loteamento e pela inexecução das obras de infraestrutura”.

Vinícius Pinto Diniz, Alessandra Avelino Porto e Rosana Pinto Diniz são sócios da pessoa jurídica, Loteamento Colinas de Canaã Ltda., que também é demandada na ação civil pública.



SEM REGULARIZAÇÃO- Loteamento não tinha documentação

NOVA REGULAMENTAÇÃO

Segurança no transporte de gás é discutida por autoridades

A segurança no transporte do gás de cozinha foi discutida em audiência pública realizada, em agosto, pela Promotoria de Defesa dos Direitos do Consumidor de João Pessoa, juntamente com o Centro de Apoio às Promotorias do Consumidor. O evento reuniu representantes dos Sindicatos das Revendedoras e das Distribuidoras, donos das empresas distribuidoras, Procon Estadual, Corpo de Bombeiros, Detran e Polícia Rodoviária Federal.

Segundo o promotor do Consumidor de João Pessoa, Glauberto Bezerra, a audiência teve como objetivo orientar os prestadores dos serviços de transporte de gás de cozinha sobre o cumprimento das regras padronizadas pela ABNT, que traz uma série de cuidados que se deve ter com esse tipo de transporte e que não vem sendo cumprida.

“A prioridade do Ministério Público é exatamente a prestação dos serviços de maneira segura, que não lese o direito humano à saúde e à segurança, que não traga riscos à vida. Um dos problemas hoje existentes, já normatizado, mas que essa norma não está sendo cumprida ainda, diz respeito ao trânsito de gás de cozinha, o chamado GLP”, explicou.

De acordo com o coordenador do Caop do Consumidor, Clístenes Holanda, o problema do transporte do gás não ocor-

re apenas na Capital, mas nas demais cidades da Paraíba. “Na verdade se trata de uma questão que não se limita a João Pessoa. Nós estamos aqui apoiando a atuação da Promotoria do Consumidor da Capital, mas preocupado também com a problemática em nível estadual, porque o transporte do gás não ocorre só na Capital, ele ocorre em todas as cidades, em todas as Comarcas”, disse.

Quanto à fiscalizações por parte do MP no Estado nesse tipo de transporte, Clístenes Bezerra afirmou que o que

existem são atuações isoladas de alguns promotores nessa área. “Recentemente nós tivemos, inclusive, um procedimento instaurado em São José de Piranhas, por exemplo, e aí o Caop já está com um procedimento de apoio. Em Campina Grande temos informações de que já foi celebrado um TAC. Então o Caop está monitorando isto no Estado inteiro e, a partir dessa audiência de hoje nós vamos estender isso a outras Promotorias que sintam essa necessidade”, concluiu o coordenador.



REGRA- Novas normas para o transporte de gás foram discutidas

GIRO PELAS PROMOTORIAS

“Choque de Ordem” é realizado em Itapororoca

Oito bares fechados e duas motos apreendidas. Este foi o resultado da operação “Choque de Ordem” realizada pelo Ministério Público da Paraíba, através da Promotoria de Mamanguape, em conjunto com a Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal e Conselho Tutelar de Itapororoca, em diversos bares e comunidades do município de Itapororoca. De acordo com o promotor de Justiça Marinho Mendes, a ação é fruto de um inquérito civil público instaurado para combater o tráfico de drogas, a facilitação e exploração da prostituição.

TAC para garante férias de conselheiros

O Ministério Público da Paraíba, através da Promotoria de Justiça de Esperança, firmou um termo de ajustamento de conduta com o município de Areial (que faz parte da comarca), para garantir o direito a férias dos conselheiros tutelares. De acordo com o termo, o município se obriga a deferir o requerimento de férias dos conselheiros tutelares, adotando-se como regra a concessão de férias conforme a escala, por ser um direito constitucional dos servidores públicos.

2 mil pais participam de audiência sobre educação

Cerca de dois mil pais de família que têm filhos regularmente matriculados em 70 escolas da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande localizadas nos bairros de Bodocongó, Jeremias, Araxá, Ramadilha, São Januário e Distrito de São José da Mata receberam orientações sobre o Bolsa Família e os requisitos básicos para continuarem recebendo o benefício do governo federal. A orientação foi repassada pelo promotor de Justiça da Infância e Juventude de Campina, Herbert Targino, e pela Coordenadoria do Bolsa Família.

Em 2010, MP recebeu 83 denúncias de tortura

Dados do Relatório de Atividades Funcionais da instituição mostram que quinze crimes foram denunciados no ano passado

Quinze crimes de tortura foram denunciados pelo Ministério Público da Paraíba à Justiça, em 2010, do total de 83 inquéritos policiais e notícias-crimes recebidos pelas Promotorias de Justiça Criminais do Estado. Só no primeiro semestre deste ano, o número de inquéritos e notícias já chega a 33 e de denúncias oferecidas a seis casos.

Esses dados fazem parte do RAF (Relatório de Atividades Funcionais), cujas informações são repassadas à Corregedoria do Ministério Público da Paraíba, através dos promotores de Justiça que atuam nas Varas Criminais.

De acordo com o promotor de Justiça, Guilherme Costa Câmara, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais, os inquéritos policiais são enviados ao MPPB tanto pela Polícia Civil como pela Polícia Militar, “muito embora, a competência para processar e julgar tais crimes não seja da Justiça Militar, mas sim da Justiça Comum estadual, juízes de direito, com possibilidade de recursos ao TJ”, disse.

Ele acrescentou ainda que as notícias criminais podem ser oferecidas diretamente pela vítima ou seu representante à polícia ou ao MP, “neste último caso, de regra, o promotor requisitará a instauração de inqu-



LEGISLAÇÃO- Constranger alguém com violência ou ameaça é considerado crime pela lei

érito policial para buscar elementos bastantes da autoria e da materialidade, a chamada justa causa para a ação penal. Se o promotor entender que a notícia criminal encontra-se bem fundamentada e instruída de elementos indiciários da prática do crime também pode oferecer logo denúncia, isto é, pode prescindir do inquérito policial”.

O representante do Ministério Público Paraibano ressal-

ta ainda que “após a denúncia tem início a instrução criminal, tal como se passa com qualquer outro crime, instaurando-se, com o recebimento da denúncia pelo juiz, o chamado contraditório. Terminada a instrução o réu poderá ser absolvido ou condenado”.

CRIMES DE TORTURA

A Lei n. 9.455/1997, define como crimes de tortura “cons-

tranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; para provocar ação ou omissão de natureza criminosa e em razão de discriminação racial ou religiosa”, bem como, “submeter alguém, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo”.

Famílias de JP receberão auxílio-aluguel

Treze famílias despejadas da antiga Vila Gravatá vão receber auxílio-aluguel no valor unitário de R\$ 200 até a entrega definitiva dos imóveis. A medida foi determinada em audiência realizada pela Promotoria do Cidadão de João Pessoa com representantes das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social e de Habitação Social e das famílias.

Segundo o promotor de Justiça Valberto Lira, ao todo eram 48 famílias mas algumas foram morar com parentes e, inclusive, em outras cidades. “Desse total, 24 famílias que ocupavam a Vila Gravatá foram cadastradas pela Prefeitura e estão incluídas no programa habitacional e receberão suas unidades residenciais”, informou.

Enquanto não recebem os imóveis, as famílias ficarão recebendo o auxílio. “Outras 24 famílias serão beneficiadas por imóveis construídos pela Cehap, mas não se tem ainda noção de quando esses imóveis serão construídos. Por conta disso, será convocada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano para providenciar ajuda a estas outras 24 famílias”, concluiu o promotor.

EM COREMAS

Mapeamento da situação dos idosos será realizado

A Promotoria de Coremas, em parceria com a Pastoral do Idoso e de agentes de saúde do Município, vai iniciar as visitas a 1.702 idosos que moram nas zonas rural e urbana da cidade, para constatar, in loco, as necessidades de cada um, fazer um diagnóstico e implementar ações que visem dar qualidade de vida a esses idosos. Três equipes foram formadas pelo promotor de Justiça Fernando Antônio Andrade que se responsabilizarão pelas visitas a pouco mais de 560 idosos, cada equipe.

Um primeiro levantamento, feito pelos agentes do Programa de Saúde da Família (PSF) do Município, foi apre-

sentou ao promotor de Justiça o número de idosos existentes, localização de cada um e condições em que estão vivendo. Com os dados, foi feito o mapeamento e estabelecido um calendário de visitas das equipes.

“Nesse primeiro momento, um grupo de pessoas estão sendo treinadas pela Pastoral do Idoso, ligada a Igreja Católica do Município, para realizar essas visitas. Estamos definindo, também, um questionário que cada equipe deverá aplicar nas visitas, para levantarmos todos os dados sobre os idosos: com quem vivem, se são aposentados, o estado de saúde, se tem curador, entre outras questões necessárias para nos nortearmos sobre como deverão ser as ações da Promoto-



MONITORAMENTO- Condições de vida dos idosos serão verificadas

ria depois do diagnóstico”, disse Fernando Andrade.

A proposta é monitorar a vida desses idosos. Os casos que necessitarem de resgate, o serviço será feito e, se for o caso, o idoso será institucionalizado. Para os que

precisarem de acompanhamento médico, o promotor verá como o Posto do Programa de Saúde da Família mais próximo poderá dar essa assistência. De acordo com o promotor de Justiça de Coremas, a intenção do Ministério Público é

envolver a população para que fique atenta ao tratamento que é dado aos idosos e qualquer problema seja encaminhado à Promotoria de Justiça.

“Já resgatei vários idosos vivendo em péssimas condições. Na maior parte dos casos, o idoso fica sendo mantido vivo com um mínimo de condições, enquanto alguém desfruta do seu cartão de aposentado. Houve um caso, em que ao chegar na residência do idoso, constatamos que ele era colocado o dia todo em uma rede, próximo a uma janela. E boa parte do dia ele ficava no sol. Reclamava, mas ninguém o tirava daquele local”, relatou o promotor.

Campanha de combate à infecção hospitalar é lançada

A superbactéria KPC é uma das principais preocupações Ministério Público da Paraíba e da Secretaria de Saúde do Estado

O Ministério Público da Paraíba e a Secretaria de Saúde do Estado lançaram uma campanha de combate à infecção hospitalar causada por qualquer tipo de germe, parasita, vírus ou bactérias, especialmente a KPC. O lançamento aconteceu no auditório do Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (Cerest) e contou com participação de agentes da área de saúde da rede hospitalar.

O promotor de Justiça João Geraldo Carneiro Barbosa, titular da Promotoria de Saúde, destacou que a campanha é uma ação conjunta da Secretaria de Estado da Saúde com a Promotoria da Saúde para combater às infecções nos serviços de saúde e, especificamente, a KPC, que é uma superbactéria que já matou uma pessoa no Hospital Edson Ramalho, em João Pessoa.

A campanha surgiu a partir de um procedimento instaurado pela Promotoria Saúde após a morte de uma senhora de 67 anos por conta da KPC no CTI do Hospital Edson Ramalho. “Esse caso nos levou a cobrar algumas providências à Secretaria Estadual de Saúde e, ao mesmo tempo, trabalhar uma campanha de esclarecimento, prevenção, controle, e combate à bactéria. Também estamos procurando saber da existência e funcionamentos de comissões de controle de infecção hospitalar em toda a rede hospitalar do Município de João Pessoa”, ressaltou João Geraldo.

O secretário de Saúde do Estado, Waldson Dias de Souza, disse que a Secretaria de Estado vem, através dessa campanha, tornar pública a necessidade dos trabalhadores da saúde realizarem e sensibilizarem-se basicamente com a biossegurança e a higienização, lavagem de mãos, de forma a evitar a infecção hospitalar em toda a rede de saúde do Estado. Ele disse que o caso registrado no Edson Ramalho serviu de alerta, para uma ação mais forte por todos os que fazer a saúde no Estado.



SENSIBILIZAÇÃO - Campanha tem objetivo de conscientizar da necessidade de higienização

ATENÇÃO BÁSICA

Equipe multidisciplinar faz inspeção em Araçagi

A Promotoria de Araçagi, com o auxílio do Centro de Apoio Operacional à Promotorias de Defesa da Saúde e de uma equipe multidisciplinar, fez uma inspeção em quatro Unidades Básicas de Saúde do Município e constatou a precariedade no funcionamento de algumas. Entre as irregularidades constatadas estão: prédio fora dos parâmetros mínimos exigidos pelo Ministério da Saúde, a falta de pias no consultório médico, talonário de psicotrópicos exposto, juntamente com o carimbo do médico, que não se encontrava na unidade no momento da inspeção, sinalização inadequada, inexistência de climatização, condições de acessibilidade, extintores de incêndio e banheiros suficientes.



PRECÁRIO - Materiais em condições inadequadas foram encontrados

A inspeção foi solicitada pela promotora de Araçagi, Airles Kátia Borges Rameh de Sousa, a coordenadora do Caop da Saúde, Adriana Amorim de Lacerda, e foi feita com representantes dos Conselhos Regionais de Medicina, Far-

mácia, Enfermagem, Odontologia e Corpo de Bombeiros. “O município de Araçagi possui 16 estabelecimentos cadastrados no CNES, e, desse total, oito são unidades básicas de saúde e quatro unidades âncoras”, disse.

EM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

Ação requer melhorias em Policlínica

O Ministério Público Estadual ingressou com uma Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer contra o Município de São José de Piranhas (distante 503 Km da Capital) por conta de várias irregularidades constatadas nos serviços de saúde da Policlínica Romeu Menandro Cruz, localizada na cidade, após fiscalizações realizadas pelos Conselhos Regionais de Enfermagem e Medicina.

Segundo informações do promotor de Justiça, Ricardo Alex Almeida Lins, relatório do Conselho Regional de Enfermagem apontou alguns problemas como inexistência de Anotação de Responsabilidade Técnica (CRT), pessoal inscrito em situação ir-

regular (débito), inexistência de registros de enfermagem e ausência de enfermeiro no momento da fiscalização. Já por parte do CRM vários foram os problemas encontrados, dentre eles, falta de informação sobre a procedência e segurança da alimentação que é servida aos pacientes, falta de sinalização nos ambiente da unidade, não comunicação ao Conselho da escala de médicos plantonistas com as respectivas inscrições, falta de material de ressuscitação cardiopulmonar, dentre outros.

Consta na ACP que a Secretária de Saúde do Município de São José de Piranhas informou que não tinha chegado ao

seu conhecimento as deficiências apontadas pelo Coren e que, naquele momento, o Município não tinha recursos suficientes para sanar as irregularidades apresentadas. A diretora da Policlínica, em seus esclarecimentos, noticiou que os problemas encontrados na área da enfermagem foram sanados pelo Município e que os profissionais de saúde, da área de enfermagem, deram prosseguimento à regularização dos débitos para com a entidade regulamentadora. No entanto, após a realização de nova fiscalização, foi verificado que a Prefeitura não resolveu todos os problemas.

USF e hospitais de JP são fiscalizados

Durante o mês de agosto, a Promotoria de Defesa da Saúde de João Pessoa realizou diversas fiscalizações em unidades de saúde e hospitais da Capital. No Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity (conhecido por Trauminha), foi constatada a existência de mais uma pessoa com a superbactéria KPC e a superlotação do hospital. A direção da unidade hospitalar confirmou a morte de uma senhora portadora da superbactéria.

Em relação à inspeção no Hospital Treze de Maio, foi verificado que 80% das irregularidades constatadas antes foram sanadas, entre elas, a cozinha que foi reformada, ganhou telas e recuperação de equipamentos, pintura e higienização, sob responsabilidade de duas nutricionistas, e a despensa foi reformada. A pintura do prédio foi recuperada, tanto em enfermarias como em áreas comuns.

Mas algumas irregularidades ainda precisam ser sanadas, como a falta de lance de mangueira de incêndio, manutenção da rede de hidrantes, ausência de sistema de proteção contra descargas atmosféricas, falta de extintor e de placas de sinalização de saída de emergência, identificadas pelo Corpo de Bombeiros.

Já o Hospital Infantil João Soares, localizado em Cruz das Armas, apresentou problemas como a falta de mais um psicólogo na unidade de saúde, a aquisição de brinquedos novos para a Brinquedoteca do Hospital, cozinha sem as telas de proteção nas janelas, com pisos e paredes inadequados, falta de bancada própria para preparar alimentos.

UNIDADE

Já na unidade básica do Róger atende 1019 famílias cadastradas e ainda usuários da unidade de Tambiá. A estrutura está totalmente comprometida pelo mofo, há fiação exposta, umidade na parede, cupim no madeiramento da cozinha e da sala de curativos. A ventilação é comprometida e os consultórios foram pintados pelos próprios profissionais para diminuir o mau cheiro do mofo.

Creches e escolas da PB apresentam problemas

Rachaduras, cupim nas paredes e janelas, estrutura precária e merenda armazenada inadequadamente foram constatados

Uma fiscalização do Ministério Público Estadual em escolas e creches de Caaporã e Pitimbu encontrou uma série de irregularidades como escola Municipal funcionando com alunos de mais duas escolas cujos prédios encontram-se desativados, pia com rachaduras, cupim nas paredes e janelas, portas dos banheiros deterioradas, merenda armazenada inadequadamente junto com materiais escolares no armário de aço da secretaria da escola.

Segundo informou a promotora de Justiça, Cassiana Mendes, que atua nos dois municípios, foram várias as irregularidades encontradas durante a inspeção, a exemplo de prédios desativados. “Um deles iniciaram a obra, porém não concluíram, por questões políticas. É o caso da



ABANDONO- Prédios foram encontrados desativados pela equipe de inspeção prejudicando os alunos



Creche Joana de Moraes, situada no Acaú (Distrito de Pitimbu), que está funcionando na casa de um dos vereadores, a qual foi alugada para este fim”, ressaltou.

Foi detectado, no prédio da Escola Municipal Celerino Francisco Menezes, no Município de Pitimbu, estudantes de mais duas escolas, na Escola Severina Lira e na Escola Nossa Senhora de Fátima, em ambas, o prédio se encontra desativado.

ALAGOA NOVA

Nas escolas dos municípios de Alagoa Nova e Matinhas, foram encontradas caminhonetes super lotadas (pau de arara), transportando estudantes, sem as mínimas condições de segurança. De acordo com a promotora Jovana Maria da Silva Tabosa, além do pau de arara, as inspeções constataram diversas irregularidades dentro das próprias escolas, a exemplo de a

água do garrafão, que os estudantes tomam ser recolhida da torneira, sem passar por processo de filtração; infiltração no teto da sala da despensa e pouca circulação de ar, fatores que comprometem na durabilidade dos gêneros alimentícios; e morcegos fazendo morada no teto da sala da secretaria.

Cerca de 65 escolas públicas, localizadas nos Municípios de Alagoa Nova e Matinhas,

serão fiscalizadas pelos Conselheiros Tutelares, para verificar as irregularidades quanto as condições da infraestrutura, qualidade da merenda servida aos alunos e do processo de ensino e aprendizagem.

ESPERANÇA

Já no município de Esperança foi realizada também uma audiência pública que tratou da gestão das verbas da Merenda Escolar, onde participaram os secretários de educação, membros do Conselhos Municipais de Educação e Membros dos Conselhos Tutelares dos Municípios de Esperança, Areal, Montadas e Lagoa de Roça. A promotora Paula da Silva Camilo informou que alguns dos problemas detectados nesses municípios foram sala de Informática contendo 10 computadores, dos quais cinco estão quebrados; não há central de água instalado, os alunos compartilham copos e bebem água do filtro, falta de acessibilidade arquitetônica para cadeirantes.

FRAUDE

Promotoria da Educação ingressa ação contra ex-diretora de escola

A Promotoria de Defesa da Educação entrou na Justiça com uma ação civil pública por improbidade administrativa, com pedido de liminar, contra a ex-diretora da Escola, Lúcia de Fátima Pereira dos Santos Coelho, a ex-presidente do Conselho Escolar, Helenlucy Mendes Sinfrônio, o professor Ronilson Ferreira dos Santos, a doméstica Rosilda Raimundo da Silva e as empresas Premium Papelaria e Informática Ltda e Mercadinho Irmãos Nunes. Eles são acusados de ter cometido uma série de irregularidades, que vão desde fraude ao Censo Escolar, ao desvio de verbas do Programa Nacional de Alimentação Es-

colar (PNAE) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Lúcia de Fátima Pereira dos Santos Coelho exerceu a função de diretora da Escola Estadual de Audiocomunicação, localizada no Bairro 13 de Maio, nos períodos de 2001 a 2005 e de 2007 a fevereiro de 2010, quando a escola sofreu intervenção por parte da Secretaria de Educação do Estado. Nesse período, a Escola foi classificada como o 5º pior IDEB (Índice de Desenvolvimento em Educação Básica) do país e o pior de todo o Estado da Paraíba.

Na época, ficou constatado, ainda, que o número de alunos matriculados, em quase todas as turmas do turno diurno, distorcia acentuadamente do número



FRAUDE- Escola possuía menos alunos que informados no Censo Escolar

de alunos que realmente frequentavam as salas de aula. Em salas de aula com 25 alunos matriculados, uma inspeção da Secretaria constatou apenas quatro pessoas frequentando. Em outra com 30 alunos matricula-

dos, apenas oito frequentavam. De acordo com o texto da ação civil pública, no Censo Escolar de 2009, a ex-diretora informou a existência de 1.726 alunos matriculados, quando na realidade, a escola só possuía cerca de 741

alunos. Até professores e servidores apareciam na lista de alunos matriculados.

“Em razão da fraude do Censo, a Escola Estadual de Audiocomunicação, num efeito cascata, recebeu indevidamente verbas acrescidas do PNAE e do PDDE. De igual modo, recebeu a mais verbas da Secretaria Estadual de Educação, a exemplo de materiais didáticos, de expediente, de limpeza em excesso, fardamentos e livros escolares em quantidade superior. Assim como outros recursos destinados ao uso dos “alunos fantasmas”, afirmou a promotora de Justiça de Defesa da Educação de João pessoa, Fabiana Maria Lobo.

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Seu canal de diálogo com o Ministério Público Social

ACESSE O SITE: www.mp.pb.gov.br

OU ENVIE O E-MAIL: atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br

